



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Manual de análise do discurso em ciências sociais /
Lupicínio Iñiguez (coordenador) ;
tradução de Vera Lúcia Joscelyne. – Petrópolis, RJ :
Vozes, 2004.

ISBN 85.326.3004-9

Vários autores.
Título original: Análises del discurso : manual
para las ciencias sociales

1. Análise do discurso 2. Ciências sociais –
linguagem I. Iñiguez, Lupicínio.

04-1631

CDD-401.41

Índices para catálogo sistemático:

1. Análise do discurso : Linguagem e comunicação :
Linguística 401.41

Lupicínio Iñiguez
(coord.)

**MANUAL DE ANÁLISE
DO DISCURSO
EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Tradução de Vera Lúcia Joscelyne

2ª Edição

 EDITORA
VOZES

Petrópolis
2005

tos psicológicos quando esses são abordados de um ponto de vista discursivo. O sexto capítulo, enquadrado no marco da Análise Crítica do Discurso, mostra como o discurso funciona como prática de dominação e de exclusão. Finalmente, o sétimo capítulo, no marco da Interanimação Dialógica, amplia a reflexão sobre dominação, abordando a linguagem dos riscos como estratégia de governamentalidade.

1

0 "giro lingüístico"

*Tomás Ibáñez Gracia**

“Giro lingüístico” é uma expressão que esteve em moda nos anos 1970 e 1980 para designar uma certa mudança que ocorreu na filosofia e em várias ciências humanas e sociais, e que as estimulou a dar uma atenção maior ao papel desempenhado pela linguagem, tanto nos próprios projetos dessas disciplinas quanto na formação dos fenômenos que elas costumam estudar.

Normalmente, não se dá a essa expressão nenhum outro significado além desse que acabamos de mencionar. Um dos primeiros objetivos que podemos atribuir ao presente capítulo é precisamente o de contribuir para que se adquira uma consciência clara do aumento progressivo da atenção que foi dada à linguagem no decorrer do século XX.

No entanto, o “giro lingüístico” teve efeitos e implicações que vão bem mais além do simples aumento da ênfase dada à importância da linguagem. Ele contribuiu para que fossem esboçados novos conceitos sobre a natureza do conhecimento, seja ele o do sentido comum ou o científico, para permitir que surgissem novos significados para

* Universidade Aberta da Catalunha.

aquilo que se costuma entender pelo termo “realidade” – tanto “social” ou “cultural” quanto “natural” ou “física” – e a desenhar novas modalidades de investigação proporcionando outro contexto teórico e outros enfoques metodológicos. Porém, mais que tudo, o “giro lingüístico” modificou a própria concepção da natureza da linguagem. Um segundo objetivo deste capítulo, portanto, seria ensinar a discernir quais são as concepções da linguagem que sustentam as várias formulações oferecidas pelas ciências humanas e sociais.

Por outro lado, o presente capítulo pretende analisar em profundidade a natureza e as implicações do “giro lingüístico”, dando uma atenção especial a sua genealogia, ou seja, à dimensão histórica de sua constituição progressiva, às rupturas teóricas que tiveram que ocorrer para que o giro lingüístico pudesse construir e desenvolver seus projetos, e ao caráter plural e às vezes contraditório de que se revestiram as suas várias formulações.

Se o “giro lingüístico” realmente constitui, como indicamos neste capítulo, uma mudança profunda das concepções do mundo, e das concepções sobre como interpretar as ciências humanas e sociais, inclusive a própria filosofia, é importante que o leitor e a leitora entendam não somente o alcance e a orientação dessas mudanças mas também as razões que o fizeram surgir. Podemos então considerar que um terceiro objetivo que nos propomos a alcançar neste capítulo seria o de discernir e avaliar essas razões.

Para esse fim, no entanto, não é suficiente apenas entender e armazenar a informação proporcionada pelo texto que foi elaborado para este capítulo. Além disso, é preciso pôr em prática um esforço extraordinário de reflexão pessoal que permita qualificar a natureza e a força das suposições a que o “giro lingüístico” teve que se sobrepor para conseguir se desenvolver. Nesse sentido, seria útil refletir

sobre nossa própria concepção da linguagem comparando-a com as concepções que são inferidas pelo “giro lingüístico”. Um último objetivo, portanto, consiste em permitir e facilitar essa reflexão.

1. A lingüística e a filosofia como pontos de partida

Uma das marcas distintivas do século passado foi, sem dúvida alguma, a enorme importância que tanto a filosofia quanto as ciências humanas e sociais em seu conjunto deram ao fenômeno da linguagem.

A atenção crescente que se dá ao estudo da linguagem durante todo o século XX teve seu estímulo inicial no cerne de uma dupla ruptura ocorrida no despertar do século.

De um lado, a ruptura com a antiga tradição filológica centrada na comparação das línguas e no estudo de sua evolução histórica. E, por outro, a ruptura com a total hegemonia que a filosofia da consciência exerceu durante mais de dois séculos.

A primeira dessas rupturas, liderada por Ferdinand de Saussure (1857-1913), instituiu, na verdade, a lingüística moderna, dotando-a de um programa de alguns conceitos e de uma metodologia que viabilizavam o estudo rigoroso da língua considerada “por si mesma e em si mesma”.

A segunda ruptura, iniciada por Gottlob Frege (1849-1925) e por Bertrand Russell (1872-1970), fez com que o olhar da filosofia, até então voltado para o mundo interior e privado das entidades mentais, se voltasse para o mundo passível de ser objetivado e público das produções discursivas. Assentavam-se, assim, as bases para uma nova forma de entender e de praticar a filosofia que, sob a denominação de “filosofia analítica”, dominaria o cenário da filosofia anglo-saxã durante mais de meio século.

Os sucessos alcançados pela lingüística moderna, tanto no marco da orientação estruturalista iniciada com as

contribuições de Ferdinand de Saussure, quanto no marco da orientação generativa elaborada fundamentalmente por Noam Chomsky (1928-) no final dos anos 1950, tiveram ampla repercussão em vastos setores das ciências sociais e humanas que viram na lingüística um modelo exemplar ao que podiam recorrer diretamente quando abordavam os objetos de suas próprias disciplinas.

No entanto, mais além de esse efeito mimético extraordinário, é à filosofia analítica, em suas várias orientações e devido tanto a seus fracassos como a seus êxitos, que devemos atribuir a expansão do interesse pela linguagem nas várias ciências sociais e humanas.

Difícilmente poderemos compreender a atenção dada à linguagem pelo pensamento contemporâneo se não analisarmos o “giro lingüístico” empreendido pelo pensamento posterior ao século XIX, observando tanto sua gestação como a história de seu desenvolvimento.

Mas antes de abordar essa questão no próximo capítulo, talvez seja útil recordar que já no medievo encontramos alguns ingredientes que teriam podido propiciar um “giro lingüístico” *avant la lettre*. Trata-se da famosa disputa entre os escolásticos a respeito dos “universais”. Como bem se sabe, os “nominalistas” sustentam a tese da inexistência fática dos universais, argumentando que tudo aquilo que existe o faz de uma forma peculiar e que de nada adianta buscar referências existenciais por trás de categorias gerais. Não existe nem “o” camponês, nem “a” árvore, nem “a” mulher, mas sim e apenas, camponeses, árvores e mulheres particulares.

Um universal nada mais é do que uma abstração cuja existência só se materializa no âmago de nossa linguagem e cuja realidade é resultado exclusivamente dos usos que fazemos da linguagem. A partir de considerações desse tipo, os nominalistas esboçavam uma linha de pensamento que

outorgava à linguagem um papel especial na elaboração de nossa visão do mundo, mas ainda seria necessário esperar vários séculos para que essas intuições dessem lugar a um autêntico “giro lingüístico”.

2. Das idéias às palavras ou do “animal pensante” ao “animal falante”

O ser humano é um “animal racional”. Essa foi uma das fórmulas mais antigas utilizadas para expressar a distinguibilidade de nossa espécie. No entanto, embora a capacidade que o ser humano tem para exercitar o pensamento, o raciocínio, a elaboração e o manejo de idéias tenha fascinado os filósofos desde os tempos da Grécia Clássica, foi, sem dúvida, René Descartes (1596-1650) que contribuiu com maior sucesso para que o olhar filosófico focalizasse o interior de nosso mundo mental (a famosa *res cogitans*) exortando-nos a esquadriñar nossas idéias para ficarmos unicamente com aquelas que fossem “claras e distintas”. Dessa perspectiva, a linguagem é certamente importante, mas constitui apenas um instrumento para manifestar nossas idéias, uma simples roupagem com a qual essas se apresentam ao exterior e se tornam visíveis para os demais. Quando nosso discurso parece ser confuso é porque nossas idéias não são suficientemente claras e, inclusive, algumas vezes acontece de a linguagem dificultar a exteriorização de nossas idéias em vez de ajudar-nos a comunicá-las aos demais.

A partir de Descartes e durante dois séculos e meio, a filosofia europeia seria uma “filosofia da consciência” centrada no estudo da interioridade do sujeito e convencida de que, para conhecer o mundo exterior, é preciso inspecionar minuciosamente as idéias que habitam os espaços interiores da subjetividade. No entanto, a partir do momento em que se aceita a dicotomia entre *res cogitans* e

res extensa, e precisamente porque foi traçada essa linha divisória, surge imediatamente a pergunta de como se relacionam entre si o “interior” e o “exterior” e o mistério da adequação entre nossas idéias e a realidade.

Durante dois séculos e meio as grandes divergências filosóficas vão se articular ao redor dessas questões.

Sérios antagonismos se desenvolvem entre aqueles que consideram que nossas idéias se formam com base em nossas experiências sensoriais (nada está em nossa mente que não tenha anteriormente passado por nossos sentidos, diriam, por exemplo, os empiristas) e aqueles que crêem que as idéias se constituem com base nas propriedades inatas da *res cogitans*, ou ainda aqueles que consideram, com Emmanuel Kant (1724-1808), que as “categorias *a priori* de nosso entendimento” estabelecem o marco não empírico a partir do qual a experiência empírica conforma nossas idéias.

Curiosamente, essas profundas divergências filosóficas nascem precisamente porque existe um consenso prévio a respeito do caráter privilegiado do mundo das idéias e porque se tenta explicar a consciência a partir da inquestionável dicotomia entre a mente e o mundo. Se questionarmos a dicotomia “interior/exterior”, o difícil problema da relação entre ambos se dilui imediatamente, deixando em evidência a vacuidade das grandes divergências filosóficas originadas por esse problema.

No entanto, não é nada fácil deixar de lado dois séculos e meio de consenso filosófico. O fato de que já transcorreu quase um século desde aquele momento em que começaram a questionar a primazia da “filosofia da consciência” e que, ainda hoje, temos sérias dificuldades para livrar-nos de suas influências, indica, sem dúvida alguma, a magnitude da inovação que o “giro lingüístico” su-

pôs e a originalidade de que seus promotores tiveram que se vangloriar.

3. Os começos do “giro lingüístico”

A própria expressão “giro lingüístico” sugere a imagem de um momento precisamente delimitado no qual se produziu uma mudança brusca de algo que não é lingüístico para o espaço propriamente lingüístico. Pode até ser que alguns dos comentários feitos acima tenham contribuído para fomentar essa imagem. Mas a coisa não foi bem assim. O giro lingüístico não é um fato preciso e sim um fenômeno que vai se formando progressivamente e que adota várias modalidades ao longo de seu desenvolvimento.

Em seu começo, o giro lingüístico surge de uma preocupação em superar a antiga lógica silogística herdada de Aristóteles (385 a.C.-322 a.C) e em inventar uma nova lógica formal, capaz de dar vida a essa linguagem “ideal” e “perfeita” com que sonhava Leibnitz (1646-1716).

Foi Gottlob Frege (1848-1925) que empreendeu essa tarefa ao inventar “a teoria da quantificação” (base da lógica moderna) e ao substituir as velhas noções de “sujeito” e de “predicado” pelas noções de “argumento” e de “função”. A notação canônica proposta por Frege permitia transformar os enunciados lingüísticos em “proposições” cujo valor de verdade (proposição verdadeira ou falsa) podia ser estabelecido de uma maneira rigorosamente formal.

Da Universidade de Cambridge, Bertrand Russell (1872-1970) colaborou intensamente com Frege para o desenvolvimento da nova lógica, dando um impulso decisivo ao giro lingüístico na filosofia anglo-saxã.

Para o propósito desta disciplina, o que importa não é, certamente, a compreensão e o conhecimento detalhado do novo instrumento lógico criado por Frege e Russell, e

sim compreender, por um lado, quais eram as premissas que orientavam as investigações “logicistas” da dupla Frege/Russell e, por outro, captar as repercussões que esse novo instrumento lógico teve para o desenvolvimento da filosofia da linguagem.

Essas premissas podem ser formuladas da seguinte maneira:

a) Muitos dos problemas com que se deparam tanto a filosofia, quanto a comunicação humana em geral, ocorrem porque a linguagem cotidiana tem como base uma lógica imperfeita, ambígua e imprecisa.

b) As frases construídas nas línguas naturais se apóiam, claramente, em uma estrutura lógica, mas essa estrutura lógica não aparece com clareza se nos limitarmos a contemplar exclusivamente a estrutura gramatical das frases ou se as analisarmos com a ajuda da lógica aristotélica.

c) A nova lógica, baseada em quantificadores, permite que se exiba a autêntica estrutura lógica dos enunciados lingüísticos, convertendo-os em proposições dotadas de um valor de verdade.

d) Se conseguirmos estabelecer a estrutura lógica dos enunciados poderemos exibir a estrutura do pensamento expressado por esses enunciados e, desta maneira, aumentar o conhecimento dos processos inferenciais.

e) Se a linguagem é um instrumento para representar a realidade, então sua análise pode nos informar sobre a natureza dessa mesma realidade.

Este conjunto de premissas nos indica várias coisas importantes:

Em primeiro lugar, vemos como se produz um deslocamento do estudo das “idéias”, realizado por meio de um discurso mental de caráter privado (introspecção), para o

estudo dos enunciados lingüísticos, públicos e objetivos, a fim de evidenciar sua estrutura lógica.

Não é dentro de nossa mente que temos que “olhar” para saber como pensamos, e sim devemos “olhar” para nossos discursos; não devemos esquadrinhar nosso “interior” e, sim, devemos permanecer no “exterior” visível a todos.

As idéias foram, em uma época, os objetos de todo filosofar e constituíram o vínculo entre o ego cartesiano e o mundo externo a ele [...]. Nas discussões atuais, o discurso público substituiu o discurso mental. Um ingrediente não questionado do discurso público é o enunciado [...]. Quine disse que “a tradição de nossos pais é uma fábrica de enunciados”. Os enunciados são um artefato cognoscitivo nessa fábrica do discurso público. Talvez, como sugerirei a seguir, são eles que constituem esse “sujeito cognoscitivo”. De qualquer forma, eles são os responsáveis pela representação da realidade no corpo do conhecimento. Dessa maneira, parece que os enunciados substituíram as idéias [...]. A verdadeira natureza do conhecimento mudou. Nossa situação atual na filosofia é uma consequência daquilo que o conhecimento chegou a ser [...]. Um Descartes jamais teria pensado que uma teoria é um sistema de enunciados, assim como Quine jamais teria reconhecido que uma teoria é um esquema de idéias do século XVII (I. Hacking, 1975. *Does Language matter to philosophy?* Nova Iorque: Cambridge University Press, p. 159-169 [Tradução em espanhol: Buenos Aires, Sulamericana, 1979]).

Em segundo lugar, podemos observar como, em um determinado momento, deixa-se de considerar que são as nossas “idéias” que se relacionam com o mundo, e passa-se a afirmar que são nossas palavras que se correspondem com os objetos do mundo. Já veremos como essa tese, que podemos qualificar de “realista”, será superada nos desenvolvimentos posteriores do giro lingüístico, em-

bora tenha, sem dúvida, o grande mérito de substituir a relação “idéias/mundo” pela relação “linguagem/mundo”, trocando o privado pelo público e o não observável pelo manifesto.

Quanto às repercussões que o instrumento lógico construído por Frege/Russel viria a ter para a filosofia da linguagem, basta assinalar aqui que, durante várias décadas, a filosofia analítica adotou a forma técnica de uma rigorosa análise lógica das proposições filosóficas, recorrendo à teoria da quantificação.

4. O estímulo neopositivista ao giro lingüístico

Seguindo os conselhos de Frege, o jovem Ludwig Wittgenstein (1889-1951) decidiu ir estudar com Russell em 1911 e, poucos anos mais tarde, publicou um livro, o *Tratado lógico-filosófico* (1921), que imediatamente exercerá uma influência profunda sobre um grupo de filósofos e cientistas austríacos e alemães preocupados em dar uma orientação científica ao pensamento filosófico e em acabar definitivamente com as especulações meramente metafísicas.

Esses pensadores formam um colégio filosófico – o “Círculo de Viena” – e lançam, em 1929, um manifesto programático fortemente inspirado pela tese de Wittgenstein. Eles estão convencidos de que a linguagem comum é um péssimo instrumento para expor e discutir assuntos filosóficos, e também para construir uma visão científica da realidade. A seu ver, muitos dos falsos problemas em que se envolvem os filósofos têm origem em um uso pouco rigoroso da linguagem; grande parte das formulações filosóficas não tem sentido devido ao uso de uma linguagem insuficientemente formalizada; e até mesmo os enunciados científicos – inadvertidamente, mas com demasiada frequência – caem nas inúmeras armadilhas da linguagem cotidiana.

Portanto, o problema que seria conveniente solucionar para que pudéssemos avançar na direção de uma explicação científica do mundo e para acabar com a vacuidade da filosofia herdada é, definitivamente, um problema de linguagem. Para ter garantias de cientificidade é preciso reformar a linguagem usando todos os recursos técnicos da nova lógica e submetendo os enunciados a um exame rigoroso para avaliar sua consistência lógica, transformando-os em “proposições”.

Como bem se sabe, os positivistas lógicos do Círculo de Viena postulam que só existem dois tipos de enunciados válidos.

De um lado, teríamos os enunciados lógico-matemáticos (enunciados “analíticos”), que são absolutamente corretos quando bem formulados mas que não nos dizem nada sobre a realidade empírica. De outro, estariam os enunciados empíricos (enunciados “sintéticos”), que versam sobre a realidade mas que só podem ser aceitos como enunciados válidos se foram verificados, escrupulosamente, por experiências baseadas no “método científico”. Todos os outros enunciados, que não sejam estritamente analíticos ou sintéticos, não têm sentido.

Em suma, os positivistas lógicos acham que é preciso dizer as coisas “bem” (sem ambigüidades nem omissões lógicas) e que é preciso também dizer coisas que estejam “bem” (ou seja, de acordo com a realidade empírica sobre a qual estamos falando).

Após o estímulo que lhe foi dado por Frege, Russell, Wittgenstein e os neopositivistas, a importância da linguagem não parou de crescer do início do século XX até a véspera da Segunda Guerra Mundial, ocupando o lugar da filosofia neo-hegeliana que dominava a Inglaterra e compe-

tindo seriamente com o neokantismo e a fenomenologia enraizados nos países de língua germânica.

Depois da Segunda Guerra Mundial, o giro lingüístico se acentuará ainda mais, diversificando suas expressões, adotando novas modalidades e ampliando sua área de influência até atingir os Estados Unidos, onde viria a alcançar um domínio hegemônico no âmbito filosófico.

5. A expansão da filosofia analítica e o auge da centralidade da linguagem

A trajetória propriamente européia do Círculo de Viena durou poucos anos. Muitos dos pensadores que se tinham agrupado ao redor de Moritz Schlick (1882-1936) eram judeus e como sua situação ficou insustentável diante do avanço da barbárie nazista quase todos decidiram emigrar, a maioria para os Estados Unidos.

Naquele país, Rudolf Carnap (1891-1970), Carl Hempel (1905-1997), Hans Reichenbach (1891-1953), Kurt Gödel (1906-1978) e outros continuaram suas atividades em várias universidades, fazendo com que a semente neopositivista desse frutos em solo americano. Sua influência foi tanta, que nos anos 1950 a parte essencial da obra filosófica nos Estados Unidos consistia na realização de exercícios lógico-lingüísticos rigorosos e minuciosos, pondo à margem toda e qualquer referência à poderosa orientação “pragmática” que tinha dominado o cenário durante as primeiras décadas do século graças às contribuições de Charles Pierce (1839-1914), de William James (1842-1910) e de John Dewey (1859-1952).

Não há dúvida de que, nesse período, a inclinação da filosofia para a análise lógico-lingüística alcançou dimensões impressionantes. É preciso não esquecer que, na Inglaterra, a partir de Cambridge, Bertrand Russell continua-

va a animar um núcleo poderoso de filosofia analítica e que alguns daqueles que viriam a estar entre os filósofos norte-americanos de maior prestígio, como Willard Quine (1908), Nelson Goodman (1906), Hilari Putnam (1926) ou Wilfrid Sellars (1912-1989), estavam se formando à luz da análise lógica lingüística diretamente sob o magistério dos fundadores do Círculo de Viena.

No entanto, as dificuldades técnicas e conceituais com que se depararam os promotores do empirismo lógico, aliadas às críticas de Karl Popper (1902-1992), bem assim como àquelas que seus próprios discípulos, especialmente Quine, dirigiam contra os “dogmas do empirismo”, ou à dura autocrítica de Wittgenstein, logo fariam com que as premissas epistemológicas do Círculo de Viena fossem abandonadas. Com efeito, foi ficando claro que a distinção “analítico/sintética” era muito mais frágil do que se supunha, que os enunciados empíricos não eram propriamente “resultados de observações”, que a superação da metafísica não podia ser obtida com base na doutrina do Círculo de Viena e que o grande sonho de uma linguagem “ideal”, válida para todas as ciências, era inviável.

Finalmente, as premissas epistemológicas do empirismo lógico desmoronaram e a única coisa que ficou, dessa grande aventura intelectual, foi o estímulo dado à ênfase sobre a importância da linguagem.

6. A preocupação com a linguagem cotidiana

Vimos que Wittgenstein, com seu *Tratado lógico-filosófico*, acalentou o sonho de falar uma linguagem ideal que permitisse evitar as falácias a que nos leva a linguagem cotidiana. Com isso, ele estimulou o desenvolvimento de um importante ramo da filosofia analítica que continua extraordinariamente ativa nos dias atuais, embora já não comparta os postulados iniciais do Círculo de Viena.

O próprio Wittgenstein se desinteressou muito rapidamente da possibilidade de construir uma linguagem ideal e orientou sua reflexão para a linguagem comum, tentando compreender as regras a que ela obedece e aos usos a que satisfaz.

O livro que reúne suas reflexões, publicado em 1952 sob o título *Investigações filosóficas*, estimulou o esforço realizado por um grupo importante de filósofos, ligados, muitos deles, à Universidade de Oxford, para conseguir elucidar as características da linguagem em seus usos cotidianos. Dessa maneira, Wittgenstein contribuiu também para o desenvolvimento de um segundo ramo da filosofia analítica que se expandiu na Inglaterra durante os anos 1950, ajudando a acentuar a importância que envolve tanto a linguagem quanto seu estudo no conjunto das ciências sociais.

Os “filósofos de Oxford”, entre os quais se destacam, por exemplo, Gilbert Ryle (1900-1976), John Austin (1911-1960), Peter Strawson (1919) ou Paul Grice (1913-1988), concordavam plenamente com Bertrand Russell e com seus colegas logicistas em Cambridge com relação a um repúdio total à tradição cartesiana, e também à necessidade de passar de uma “filosofia da consciência” para uma “filosofia da linguagem”. Mas os pontos de coincidência não iam muito mais além desse aspecto e eram intensas suas divergências sobre quase todo o resto.

Os filósofos de Oxford, por exemplo, opunham-se rigorosamente não só ao positivismo e ao cientificismo que impregnavam a corrente logicista, como também à pretensão do logicismo de construir uma linguagem formalmente inatacável. Queriam estudar a linguagem não para demonstrar suas imperfeições lógicas e corrigi-las e sim, simplesmente, para entender seus mecanismos. Mas opunham-se, sobretudo, à pretensão de reduzir a linguagem a uma mera função de descrição e de representação do mundo.

Para eles, a riqueza da linguagem cotidiana ultrapassava, em muito, a função descritiva, e se diversificava em uma enorme variedade de usos e de funções tão importantes quanto a própria função descritivo-representacional. Não se tem acesso, portanto, ao funcionamento do pensamento humano, analisando tão-somente a estrutura lógica sobre a qual se apóiam as línguas naturais e sim é necessário contemplar todos os usos da linguagem se queremos entender tanto nossa forma de pensar quanto nossa forma de agir e a maneira como nos relacionamos com as pessoas.

Frege, Russell, o Wittgenstein do *Tratado...*, Carnap e os filósofos analíticos norte-americanos romperam com a tradição cartesiana, fazendo-nos perceber que a linguagem não é um simples veículo para expressar nossas idéias, nem uma simples roupagem para vestir nosso pensamento quando o manifestamos publicamente. Ela é a própria condição de nosso pensamento e, para entender esse último, temos que nos concentrar nas características da linguagem em vez de contemplar o suposto mundo interior de nossas idéias. Nosso conhecimento do mundo não se radica nas idéias que dele fazemos; ele se abriga, sim, nos enunciados que a linguagem nos permite construir para representar o mundo.

Os filósofos de Oxford acentuaram ainda mais o afastamento da tradição cartesiana, ensinando-nos que a linguagem faz muito mais do que representar o mundo porque é basicamente um instrumento para “fazer coisas”. A linguagem não só “faz pensamento” como também “faz realidades”.

Assim, por exemplo, John Austin mostraria que a linguagem também tem propriedades “performativas”. Com efeito, certos enunciados constituem literalmente “atos de linguagem” à medida que sua enunciação é inseparável da modificação ou da criação de um estado de coisas que não

poderia surgir independentemente dessa enunciação. Por exemplo, o “sim, quero” pronunciado no ato nupcial próprio de certos ritos é um elemento necessário para que o laço matrimonial seja instituído.

Dessa maneira Austin abriu caminho para o desenvolvimento da “pragmática”, contribuindo para que o conjunto das ciências sociais e humanas se conscientizasse de que a linguagem é um instrumento ativo na produção de muitos dos fenômenos que essas ciências pretendem explorar e que, portanto, seria impossível deixar de levá-la em consideração.

7. O impacto do giro lingüístico nas ciências humanas e sociais

Assim como o giro lingüístico não teve uma origem definida, mas foi-se articulando progressivamente, e assim também como não se revestiu de uma única modalidade, mas foi adotando várias configurações, seu impacto tampouco ocorreu simultaneamente nas várias ciências sociais e humanas nem as afetou com a mesma intensidade e nem adotou uma expressão uniforme.

Distinguiremos, aqui, três linhas principais de influência: a) O impacto da lingüística estrutural; b) O impacto da corrente analítico-logicista; c) O impacto da corrente analítica centrada na linguagem cotidiana.

a) *O impacto da lingüística estrutural* – O sucesso obtido pelo estudo estruturalista da língua não demorou a atrair as demais ciências humanas e sociais. Em poucos anos a lingüística moderna tinha conseguido se constituir em uma disciplina totalmente autônoma, com um objeto de estudo próprio, claramente delimitado, dotada de alguns conceitos claros e rigorosos, e equipada com uma metodologia eficaz, baseada em alguns procedimentos formais que asseguravam altos níveis de objetividade.

Em suma, a lingüística de inspiração saussuriana apresentava essa imagem de cientificidade com que tanto sonhavam as demais ciências sociais e humanas. Foi assim que, gradualmente, foi tomando corpo a convicção de que a lingüística moderna era o modelo que todas as outras ciências sociais e humanas deveriam tentar copiar, fosse através do estabelecimento de analogias entre seus próprios objetos de estudo e as estruturas lingüísticas, fosse aplicando os métodos da lingüística para investigar esses objetos.

Talvez a antropologia tenha sido a ciência em que esse efeito mimético se manifestou com maior nitidez. Com efeito, a preocupação com o fenômeno da linguagem não era nenhuma novidade em uma antropologia em que os trabalhos de Edward Sapir (1884-1939) ou de Benjamin Whorf (1897-1941) já tinham chamado atenção sobre o papel que a língua desempenha na constituição de nossa visão do mundo. Mas foram os trabalhos de Claude Levi-Strauss, nascido em 1908, especialmente aqueles sobre a estrutura dos mitos, que estimularam uma grande parte da antropologia a buscar diretamente sua inspiração nos conceitos e nos métodos da própria lingüística estrutural.

O prestígio alcançado pelas obras de Levi-Strauss serviu como um amplificador para a influência exercida pela lingüística moderna, contribuindo para o desenvolvimento de uma corrente de pensamento rigorosa que, sob a denominação de “estruturalismo”, durante mais de uma década (de meados dos anos 1950 até finais dos anos 1960), percorreria as diversas ciências sociais e humanas, com incidência especial no mundo de língua francesa.

A poderosa crítica antiestruturalista desenvolvida por Noam Chomsky e sua reformulação do programa da lingüística em termos de “lingüística generativa”, longe de atenuar a fascinação que a lingüística exercia sobre as ciên-

cias sociais e humanas, a fortaleceu ainda mais, proporcionando novas metáforas e novas analogias que alcançariam especial relevância em disciplinas como a psicolinguística, ou em orientações como a psicologia cognitiva.

Paralelamente ao efeito mimético produzido pelas linguísticas estruturais e generativas, a importância concedida à linguagem se alimentaria também de alguns dos desenvolvimentos da fenomenologia, especialmente da fenomenologia heideggeriana. Segundo Martin Heidegger, (1889-1976) somos vítimas de uma traiçoeira ilusão egocêntrica quando acreditamos ser donos de nossos discursos e quando consideramos a linguagem como simples instrumento que se encontra a nossa disposição para ser manipulado à nossa vontade. Na verdade, é a própria linguagem que manda em nós, causando, modelando, constringendo e provocando nosso discurso, a tal ponto que bem se poderia dizer que é a linguagem que fala através de nós.

Considerações desse tipo, somadas à influência do pensamento estruturalista e à decadência da filosofia da consciência, levariam parte dos pensadores da segunda metade do século XX a decretar “a morte do sujeito”, reduzindo-o a um simples “efeito da linguagem”. Assim, por exemplo, Michel Foucault (1926-1984), em seu famosíssimo texto sobre “A ordem do discurso”, apontaria para as conseqüências do poder que emana da linguagem e que captura seus usuários em suas redes.

b) *O impacto da corrente analítico-logicista* – Responsável pelo início do “giro lingüístico” na filosofia, essa corrente tem o mérito fundamental de ter contribuído para orientar o pensamento contemporâneo na direção da problemática da linguagem. Porém, curiosamente, é possível também atribuir-lhe outro mérito, que é resultado de seus próprios fracassos mais do que das vitórias que obteve. Na verdade, a malograda intenção de demonstrar a validade

dos postulados neopositivistas teve como importante conseqüência a de permitir certa “liberalização” das ciências humanas e sociais. É fácil entender o motivo para isso: enquanto perdurava a crença na unicidade e na validade absoluta do “método científico” teorizado pelas várias variantes do positivismo, seria fácil deslegitimar qualquer tentativa de realizar investigações nas ciências humanas e sociais que não se ativessem escrupulosamente às regras estabelecidas pelo credo positivista. A demonstrada indefensabilidade desse credo abriu a porta para um pluralismo metodológico e teórico que permitiu um enriquecimento extraordinário das ciências sociais e humanas como um todo, atenuando a pressão exercida pelos fundamentalismos científicos.

c) *O impacto da corrente analítica centrada na linguagem cotidiana* – Os filósofos de Oxford não só contribuíram para que se desse mais ênfase à atenção que se deve dar ao fenômeno lingüístico para que seja possível compreender o ser humano e suas produções, como também provocaram uma reviravolta radical no próprio conceito da linguagem, proporcionando um novo *status* às produções lingüísticas. Essa reformulação conceitual da natureza e das funções da linguagem produziu efeitos importantes e duradouros no campo das várias ciências sociais e humanas, estimulando-as para que modificassem drasticamente muitos de seus projetos e de sua maneira de abordar os vários objetos de seus estudos.

Citaremos aqui quatro grandes linhas de influência:

Em primeiro lugar, a profunda crítica que os filósofos de Oxford fizeram à concepção puramente “representacional” e “designativa” da linguagem deu lugar a uma reconsideração radical da própria natureza do conhecimento, tanto científico como ordinário, e também a uma refor-

mulação da relação entre conhecimento e realidade, finalizando por redefinir o próprio conceito de realidade.

O conjunto dessas reformulações contribuiu para o desenvolvimento de uma importante corrente de pensamento que questionou muitas das certezas consideradas indiscutíveis desde a época de Descartes e muito especialmente a certeza de que existiam bases sólidas e firmes, e uma fundamentação última, sobre as quais se assentaria o conhecimento válido. A erosão dessa certeza deixou claro a fragilidade dos esforços para encontrar uma fundamentação indubitável, realizados durante séculos, e redirecionou o trabalho filosófico para outros assuntos.

De certa forma, seria possível dizer que a crítica oxfordiana à concepção "representacionista" da linguagem se estendeu, através da relação estabelecida entre conhecimento e linguagem, às concepções representacionistas do próprio conhecimento e aos critérios de "a verdade" que as acompanhavam, permitindo a revitalização do legado pragmatista e o auge de uma filosofia neopragmatista, estimulada, entre outros, por filósofos da categoria de Richard Rorty (1931-).

Como as ciências sociais e humanas não são impermeáveis às contribuições feitas dentro da filosofia e muito especialmente dentro da filosofia do conhecimento e da epistemologia, é facilmente compreensível que em todas essas ciências tenham desaparecido algumas correntes que tentavam desenvolver suas investigações e seus projetos em consonância com as formulações não representacionistas do conhecimento científico.

Em segundo lugar, e paralelamente à crítica ao representacionismo, a insistência da escola de Oxford em considerar a linguagem em termos de "atividade" (a linguagem faz coisas em vez de apenas "representá-las") sem

dúvida contribuiu para o desenvolvimento das correntes "construcionistas" que surgiram e se consolidaram em várias ciências sociais e humanas.

De certa maneira, é possível dizer que as contribuições de John Austin com relação ao caráter "performativo" de determinadas produções lingüísticas se estenderam, neste caso também, ao conjunto da linguagem, plasmando-se na fórmula pela qual "dizer é, também e sempre, fazer". A linguagem se instituiu assim como "constitutiva" das coisas, mais do que meramente "descritiva" delas, deixando de ser palavra acerca do mundo para passar a ser ação sobre o mundo. A linguagem não só nos diz como é o mundo, ela também o institui; e não se limita a refletir as coisas do mundo, também atua sobre elas, participando de sua constituição.

O auge da concepção "ativa" da linguagem teve repercussões importantes em disciplinas como, por exemplo, a psicologia social, onde investigadores como Kennet Gergen ou John Shotter estão, atualmente, estimulando uma poderosa corrente socioconstrucionista, ou onde Michael Billig, Ian Parker ou Johnathan Potter, entre outros, estão desenvolvendo o prolífico campo da "análise do discurso". A psicologia evolutiva ou a psicologia clínica não ficaram alheias a esse movimento construcionista e discursivo, e o mesmo ocorreu no caso da antropologia, da história ou da sociologia para citar apenas algumas das disciplinas que fazem parte das ciências sociais e humanas.

Poderíamos apresentar uma infinidade de exemplos para ilustrar o impacto que essa nova concepção da linguagem teve nas formulações mais atuais das várias ciências sociais e humanas, mas nos limitaremos a assinalar a profunda renovação por que passou, por exemplo, o estudo da identidade ou do "self", pela mão de autores como Charles Taylor (1931-), entre outros.

Para Taylor, nossa identidade está fundamentalmente determinada pela linguagem que utilizamos para referir-nos a nós mesmos e para forjar nosso “autoconceito”. Não existe uma realidade subjacente, um “eu” profundo e pessoal, suscetível de ser descrito de várias maneiras, recorrendo a vocabulários distintos e a distintas expressões lingüísticas: o que sim existe é o próprio vocabulário que utilizo para me descrever a mim mesmo e as expressões lingüísticas às quais recorro para fazê-lo são constituintes e constitutivas de minha forma de ser; elas não explicitam ou explicam minha maneira de ser, pelo contrário, a conformam.

Em outras palavras, o meu “eu” não é independente de como o vivencio quando o interpreto lingüisticamente; ao contrário, ele é resultado dessa interpretação. Outra forma de “me dizer” a mim mesmo implica uma outra concepção de mim mesmo, e isso é importante porque ocorre que minha concepção de mim mesmo é constitutiva daquilo que sou. Isso tem repercussões importantes, tanto para a condução de investigações sobre a identidade, como para definir essa realidade substantiva que é a identidade.

Em terceiro lugar, cabe ressaltar que, tanto quanto “ação sobre o mundo”, a linguagem é também, e conseqüentemente, “ação sobre os demais”, chegando, inclusive, a constituir um dos principais instrumentos ao que recorreremos para incidir, com maior ou menor êxito segundo as circunstâncias, sobre nossos semelhantes. Levar em consideração essa propriedade da linguagem contribuiu para renovar o interesse que Aristóteles já tinha demonstrado pela retórica, bem assim como para avivar a sensibilidade com relação aos efeitos sociopolíticos e psicológicos que emanam das várias práticas discursivas, dando uma atenção especial, por exemplo, às construções lingüísticas “sexistas”, “racistas” ou que estigmatizem de um modo geral.

O renovado interesse pela análise daqueles procedimentos retóricos em que se apóiam as diversas produções discursivas, inclusive o discurso científico, permitiu demonstrar, não só as estratégias argumentativas próprias dos vários tipos de discurso e os efeitos poderosos que se ocultam na estrutura discursiva, como também os artifícios retóricos que são usados para criar realidades diversas.

A sociologia do conhecimento científico, por exemplo, renovou os estudos da ciência, recorrendo, com Bruno Latour entre outros, a análises desse tipo, para explicar o papel, nada desdenhável, que desempenham os procedimentos retóricos na constituição dos próprios “fatos” científicos.

Finalmente, em quarto lugar, ocorre que, se a linguagem é constitutiva de realidades e é um instrumento para atuarmos sobre o mundo, inclusive sobre nossos semelhantes, devemos esperar que ela incida também sobre a conformação e o desenvolvimento das relações sociais e das práticas sociais. Correntes amplas e interessantes da sociologia foram particularmente sensíveis a esse fato, desde a etnometodologia, com suas análises minuciosas das conversas cotidianas, até as sociologias qualitativa e interpretativa.

Em suma, no final do século XX e começo do século XXI, a diversidade e a riqueza das perspectivas nascidas tanto do enfoque sobre a linguagem quanto, e sobretudo, da nova compreensão que temos dela, são, no mínimo, impressionantes: narratividade, dialogismo, hermenêutica, construção, análise conversacional, análise do discurso, análise retórica, etc.

Pouco a pouco, a linguagem foi se tornando um fenômeno que nenhuma das ciências sociais e humanas pode evitar quando empreende o tratamento de seus objetos específicos. Mas, além disso, a linguagem aparece também

como um elemento que todas as ciências humanas e sociais têm que interrogar para estabelecer seu próprio *status* epistemológico e para forjar um entendimento de si mesmas.

8. Perspectivas para o amanhã

Já iniciado o século XXI, devemos nos perguntar se o “giro lingüístico” com o qual teve começo o século passado nos reservará alguma surpresa e se as primeiras décadas do novo século acentuarão ainda mais a centralidade da linguagem ou se, ao contrário, o “giro lingüístico” conhecerá um período de refluxo, sendo substituído pela emergência de algum giro novo.

Como não dispomos, obviamente, de nenhuma bola de cristal ilusória, as reflexões a seguir devem ser consideradas apenas como conjecturas, tímidas e inseguras, que poderão ser desmentidas pouco tempo depois de terem sido enunciadas. Mas, enfim, hoje sabemos que nada é seguro nem definitivo. Nem mesmo o passado está escrito para sempre, porque, como muito bem observou Dante, para escrevê-lo com segurança também teríamos que conhecer todo o futuro. Portanto, podemos apenas arriscar-nos a manifestar algumas considerações, que por simples prudência, reduziremos a duas e que indicam a possibilidade de um giro “pós-lingüístico”.

Em primeiro lugar, os desenvolvimentos extraordinários daquilo que alguns chamam de “a nova física” mostram que nossa linguagem é um instrumento muito grosseiro para abarcar toda a realidade que somos capazes de construir. Com efeito, nós, os seres humanos, formamos nossos idiomas com base em uma determinada “relação com o mundo”. Essa “relação com o mundo” estabelece um espaço tridimensional habitado por uma variedade de “objetos” cujas propriedades se definem com base em nossos mecanismos sensoriais e perceptivos ampliados por

nossas capacidades de análise, abstração e generalização. Nesse mundo, o tempo e o espaço constituem realidades divididas que correm por leitos separados. Nossos movimentos, gestos e ações sobre essa realidade, que é como é porque nós somos como somos, foi forjando nossos conceitos e a estrutura lógico-lingüística que os constitui. Definitivamente, nossa linguagem nasce de uma relação com o mundo feita à medida de nosso corpo e de suas características e a ela retorna. Por isso temos a ilusão de que ela descreve o mundo “tal como é”.

Mas as atividades intelectivas do ser humano não se conformaram em explorar o mundo estabelecido apenas através de seus mecanismos sensoriais/perceptivos e de suas atuações práticas, e se estenderam para fora do mundo e além da “escala humana” até o macrocosmo e até o microcosmo. Âmbitos esses onde a realidade já não pode ser construída com base em uma linguagem “natural” surgida de coordenadas *mesocósmicas*, ou seja, à escala do corpo humano.

O resultado disso é que certas construções intelectivas, tais como, por exemplo, a mecânica quântica e, mais precisamente, “a teoria dos campos quânticos” desenham um mundo totalmente obscuro para nossa linguagem e, portanto, para nossa arquitetura conceitual.

Trata-se de um mundo onde, por exemplo, “os objetos” se convertem em “propriedades dos objetos” (um corpúsculo pode se transformar em puro movimento) e onde as propriedades dos objetos podem se transformar em outros objetos (a energia pode se converter em um corpúsculo).

No mundo quântico encontramos objetos que não estão localizados com precisão em nenhum segmento espaço-temporal definido, mas que tampouco podem ser conceitualizados como ondas porque não há nenhum meio em que se propaguem. Isso significa que é nosso próprio con-

ceito de objeto que deixa de ter sentido para designar ou pensar as entidades que projetamos no universo quântico. E, apesar disso, essas entidades existem efetivamente, na medida em que podemos operar com elas e sobre elas, e em que elas produzem efeitos práticos que nossas tecnologias utilizam cada vez mais.

Encontramo-nos, assim, diante de entidades que não se deixam “dizer” através de nossa linguagem e quando as estudamos temos que transcender nossas categorias linguísticas para poder produzir resultados cientificamente valiosos e com utilidade prática. E mais, essas entidades se constroem como produto de expressões matemáticas complexas e são, por assim dizer, a conclusão sobre a qual desemboca um puro formalismo matemático.

A realidade subatômica parece ser outra realidade que nossa linguagem não é capaz de descrever ou de construir.

O giro lingüístico mostrou claramente o papel que a linguagem desempenha na formação daquilo que chamamos de “a realidade”; mas, se construímos certas realidades (por exemplo, a realidade quântica) usando procedimentos que escapam do âmbito que a linguagem é capaz de abranger, parece que deveríamos abandonar a famosa expressão de Wittgenstein segundo a qual “os limites da minha linguagem são os limites de meu mundo”.

Esse fato pode possibilitar a emergência de um *neopitagorismo* (a crença na realidade fática dos números, das expressões matemáticas e na qual a realidade é, em última instância, numerológica), permitindo um “giro platônico” que volte a situar o mundo das “idéias” em um lugar privilegiado, arruinando o esforço para acabar com esse privilégio que o “giro lingüístico” representou.

Em segundo lugar, parece que a insistência com a qual Schopenhauer (1788-1860) e, depois dele, Nietzsche (1844-

1900), deram ênfase à importância do corpo, de nosso corpo, para o desenvolvimento de nosso pensamento, está recuperando sua importância. “Minhas idéias melhores”, dizia Nietzsche, “surgem quando caminho”. O “giro lingüístico” contribuiu para o sucesso da afirmação segundo a qual nosso “ser no mundo” descansa sobre uma dimensão hermenêutica inevitável. A interpretação é formativa daquilo que somos e não podemos chegar a ser independentemente de nossa atividade interpretativa. Essa afirmação parece razoável, mas o “giro lingüístico” privilegiou o papel que a linguagem desempenha na dinâmica da interpretação, enfatizando a centralidade das práticas discursivas no processo hermenêutico.

No entanto, também construímos um sentido inefável, também nosso corpo opera como gerador de significados que não se deixam prender no interior do código lingüístico ou, no mínimo, cabe considerar que o que nosso corpo vivencia orienta algumas de nossas interpretações. Não só temos que expandir o campo da hermenêutica para o espaço das práticas “não discursivas” como também contemplar a corporificação das práticas discursivas.

O redescobrimto da corporeidade pelo pensamento do fim do século pode contribuir para possibilitar um novo “naturalismo” que diminua a importância que o século XX concedeu à linguagem.

Essas considerações sobre um possível esgotamento do “giro lingüístico” devem ser consideradas como uma simples digressão que, paradoxalmente, pretende ser fiel ao esforço que o “giro lingüístico” acarretou. Aqueles que captaram um dos argumentos básicos dessa parte da disciplina sabem que, para que o “giro lingüístico” pudesse surgir, foi necessário um enorme esforço de imaginação que rompesse com as evidências herdadas e com as amarras do pensamento dominante. Para criar o “giro

lingüístico” foi preciso pensar contra a corrente, e seus protagonistas tiveram que “esquecer” uma parte substancial das idéias que tinham nutrido e configurado seu próprio pensamento.

Já que somos “filhos do século XX”, temos que tentar pensar contra a corrente do giro lingüístico que impregnou o pensamento de nosso século. Essa é a condição para não sermos idênticos àqueles que defendiam com toda a naturalidade “o mundo das idéias” no mesmo momento em que se começava a gerar esse “giro lingüístico” que esgotaria esse mesmo mundo das idéias.

Síntese

Este capítulo nos ensina como o “giro lingüístico” rompe, em seus primórdios, com uma tradição secular centrada no estudo do “mundo das idéias”, mundo interior e privado, e orienta a obra filosófica para o estudo dos enunciados lingüísticos. Isso significa uma profunda modificação em nossa concepção da linguagem, pois essa deixa de ser considerada como um simples meio para traduzir ou expressar, de melhor ou pior forma, nossas idéias, para ser considerada um instrumento para exercitar nosso pensamento e constituir nossas idéias.

A linguagem é a própria condição de nosso pensamento, ao mesmo tempo em que é um meio para representar a realidade. O “giro lingüístico”, portanto, substitui a relação “idéias/mundo” pela relação “linguagem/mundo” e afirma que para entender tanto a estrutura de nosso pensamento quanto o conhecimento que temos do mundo é preferível olhar para a estrutura lógica de nossos discursos em vez de esquadrihar as interioridades de nossa mente.

Mas este capítulo nos ensina também que o “giro lingüístico” possibilitou, no transcurso de seu próprio desen-

volvimento, uma segunda modificação de nossa concepção da linguagem. Essa deixou de ser vista como um meio para representar a realidade e passou a ser considerada um instrumento “para fazer coisas”. Junto com suas funções “descritivo/representacionais” a linguagem iria adquirir, portanto, um caráter “produtivo” e se apresentava como um elemento “formativo de realidades”.

O capítulo tenta ilustrar quais foram as várias influências que essas novas concepções sobre a natureza da linguagem tiveram sobre as concepções do conhecimento e da realidade, como também, em um plano mais específico, sobre as orientações e os objetos de estudo das várias ciências sociais e humanas.

Glossário

Atos de linguagem: expressão cunhada por J.L. Austin para se referir às expressões lingüísticas que devem ser enunciadas explicitamente para que uma realidade determinada possa se configurar. Por exemplo, a expressão “sim, quero” deve ser pronunciada em determinados rituais para que o matrimônio seja estabelecido.

Performatividade: propriedade que determinados enunciados lingüísticos têm de afetar a construção de realidades. Em determinadas concepções da linguagem, essa propriedade, inicialmente limitada a um tipo de expressões lingüísticas, passa a ser considerada generalizável à linguagem como um todo.

Pragmática: parte da lingüística que se dedica ao estudo dos usos da linguagem comum e leva em consideração tanto os contextos como os efeitos, não diretamente lingüísticos, que envolvem práticas discursivas concretas ou que delas resultem.

Proposição: expressão lingüística convenientemente formalizada de acordo com os procedimentos da lógica moderna para que se possa estabelecer seu “valor de verdade”.

Representacionismo: doutrina filosófica que postula uma relação de correspondência entre o conhecimento e a realidade que vai mais além da simples utilidade prática do conhecimento para operar sobre a realidade. Nessa doutrina, supõe-se que o conhecimento válido representa fielmente a realidade e que é possível demonstrar a correspondência entre conhecimento e realidade.

Bibliografia

- AUSTIN, J.L. (1962). *Cómo hacer cosas con palabras*. Barcelona: Paidós, 1998.
- BRUNER, J. (1990). *Actos de significado*. Madri: Alianza [1991].
- D'ESPAGNAT, B. (1981). *En busca de lo real: la visión de un físico*. Madri: Alianza Universidad [1983].
- DOMÉNECH, M. & TIRADO, F.J. (1998). *Sociología simétrica – Ensayos sobre ciencia, tecnología e sociedad*. Barcelona: Gedisa.
- FOUCAULT, M. (1970). *El orden del discurso*. Barcelona: Tusquets [1973].
- ORTOLIS, S. & PHARABAD, J.P. (1984). *El cántico de la cuántica*. Barcelona: Gedisa [1997].
- RORTY, R. (1979). *La filosofía y el espejo de la naturaleza*. Madri: Cátedra [1983].
- RORTY, R. (1967). *El giro lingüístico*. Barcelona: Paidós/ICE UAB [1990].

Leituras complementares → *comentada*

- BRUNER, J. (1991). *Actos de significado*. Madri: Alianza.
- Escrito por um dos mais eminentes psicólogos contemporâneos, esse livro é uma esplêndida ilustração do giro lingüístico no âmbito da psicologia.
- DOMÉNECH, M. & TIRADO, F.J. (1998). *Sociología simétrica – Ensayos sobre ciencia, tecnología y sociedad*. Barcelona: Gedisa.
- Trata-se de uma recopilação de textos germinais além de seis desdobramentos da sociologia do conhecimento científico.
- FOUCAULT, M. (1970). *El orden del discurso*. Barcelona: Tusquets.
- Esse texto de Michel Foucault foi o discurso inaugural que fez quando foi nomeado professor no College de France. Nele pode-se apreciar a importância das relações de poder para a construção de nossas práticas discursivas.
- ORTOLIS, S. & PHARABAD, J.P. (1997). *El cántico de la cuántica*. Barcelona: Gedisa.
- Uma obra de divulgação, muito útil para conhecer os desenvolvimentos e implicações da física quântica.
- RORTY, R. (1983). *La filosofía y el espejo de la naturaleza*. Madri: Cátedra.
- Esse livro, celebrado como um grande acontecimento no momento de sua publicação, constitui uma das análises mais incisivas sobre os efeitos que o cartesianismo teve em nossa concepção do ser humano e do conhecimento.
- Como é um livro bastante denso, não estamos sugerindo que seja lido em sua integridade, mas é recomendável que o próprio leitor selecione alguns capítulos e reflita sobre seu conteúdo.